



Obra *Hino à Jacutinga* (1915): uma sobrevivente da memória coletiva local

MODALIDADE: PÔSTER

SUBÁREA: Musicologia

Rafael Rodrigues da Costa
UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)
rafaelcostajacutinga@gmail.com

Resumo.

Jacutinga (MG) é um município localizado no Sul do estado de Minas Gerais. Seu hino oficial, a obra “Hino à Jacutinga”, composição de José Paulo de Paiva Patrício e letra de D. Presciliana Duarte de Almeida, foi lançada em 1915 e oficializada como hino municipal apenas em 2014. Trata-se do único documento musical remanescente da época no município, tendo sobrevivido por meio da memória coletiva local, embora a fonte primária apresente severos sinais de deterioração, o que reforça a urgência de sua preservação. Fundamentada no conceito de *Musicking*, proposto por Christopher Small (1998), esta pesquisa analisa a partitura como um documento histórico institucionalizado. O estudo busca reconstruir o processo de oficialização da obra e identificar agentes e instituições que protagonizaram sua trajetória no início do século XX. Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter histórico-analítico, fundamentada em levantamento documental e revisão bibliográfica. Os resultados demonstram a aplicabilidade do conceito de *Musicking* à história deste símbolo centenário, ressaltando a necessidade de salvaguardar esse documento histórico por meios digitais.

Palavras-chave. Jacutinga (MG), *Musicking*, Hino à Jacutinga, Patrimônio Musical.

The Artwork "Hymn to the Jacutinga" (1915): a survivor of local collective memory.

Abstract.

Jacutinga (MG) is a municipality located in the southern part of the state of Minas Gerais. Its official anthem, the work "Hino à Jacutinga" (Hymn to Jacutinga), composed by José Paulo de Paiva Patrício with lyrics by D. Presciliana Duarte de Almeida, was released in 1915 but only officially adopted as the municipal anthem in 2014. It is the only surviving musical document from that era in the municipality, having endured through local collective memory; however, the primary source shows severe signs of deterioration, underscoring the urgent need for its preservation. Grounded in the concept of "musicking" proposed by Christopher Small (1998), this research analyzes the musical score as an institutionalized historical document. The study seeks to reconstruct the work's official adoption process and identify the key agents and institutions that shaped its trajectory in the early 20th century. Methodologically, this is a qualitative study of a historical-analytical nature, based on archival research and a literature review. The results demonstrate the applicability of the concept of musicking to the history of this centennial symbol, highlighting the need to safeguard this historical document through digital means.

Keywords. Jacutinga (MG), *Musicking*; Hymn to Jacutinga, Musical Heritage.

Introdução

Este trabalho consiste em uma pesquisa histórico-musicológica sobre o hino municipal da cidade sul-mineira de Jacutinga (MG), denominado “Hino à Jacutinga”. A investigação apresenta a contextualização histórica do município, a análise da legislação de regulamentação dos símbolos locais e o processo de institucionalização da referida obra. A digitalização da partitura oficial está disponível no anexo deste estudo.

Embora o hino circule socialmente no município, ele ainda não foi objeto de estudos históricos ou musicológicos sistemáticos. Diante dessa lacuna, surge a seguinte problematização: de que modo o “Hino à Jacutinga” — considerado em sua materialidade e em seu processo de institucionalização — pode contribuir para a compreensão da história musical e social do município?

Para responder a essa questão, estabeleceu-se o objetivo geral de analisar a obra como documento histórico-musical, examinando seu processo de oficialização e momentos de performance, a fim de compreender parte da história musical jacutinguense no início do século XX. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos: 1) Reconstruir a trajetória de institucionalização do hino, identificando os agentes, contextos e eventos de consolidação; 2) identificar e analisar historicamente as performances da obra em 1915.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de cunho histórico-analítico, utilizando a análise documental como procedimento principal, além de fundamentar-se em revisão bibliográfica. O *corpus* documental é composto por acervo municipal: Leis Orgânicas e Decretos; acervo da antiga Banda Municipal de Jacutinga: partituras; acervo escolar (Escola Estadual Júlio Brandão): livros de atas, fotos e livro de registro dos funcionários; Legislação Nacional: Constituição Federal (atual e de 1967), decretos e leis sobre símbolos nacionais; acervo da Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional): *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*.

A metodologia de salvaguarda fundamentou-se na preservação digital da fonte primária, utilizando a digitalização primária em alta resolução como ferramenta de manter a integridade do material de 1915. O procedimento priorizou a fidelidade documental, visando democratizar o acesso ao manuscrito/impresso original e resguardar este documento, retardando o processo de deterioração física causada pelo manuseio. Optou-se, nesta etapa, pela manutenção da integridade do documento histórico em sua forma original, estabelecendo uma base documental sólida para futuras análises de crítica textual e editoração musical.



Como base interpretativa, adotamos o conceito de *Musicking*, proposto por Christopher Small (1998). Essa escolha justifica-se pelo sentido do conceito, que remete ao engajamento de uma comunidade em torno de uma obra, permitindo compreender o hino não como um objeto sonoro estático, mas como uma atividade social viva, o que se aplica objetivamente ao estudo do caso proposto. Sob essa perspectiva, a obra é analisada como uma prática cultural que conecta diferentes agentes — políticos, músicos, comunidade escolar e o público — nos diversos contextos cerimoniais e festivos em que é executada.

Sobre o conceito de *Musicking*

O conceito de *Musicking* é central na obra de Christopher Small, presente em seu livro *Musicking: The Meanings of Performing and Listening* (1998). O autor parte do princípio de que a música é inerente à vida humana, sendo um dos principais meios para criar relações interpessoais com indivíduos que se identificam em si em função do contexto, por afinidade de ideias, status ou outros fatores. Nessa perspectiva, ele propõe o verbo *to music*, traduzido como “musicar”.

O autor defende que todos os agentes que contribuem para que o evento musical aconteça estão, de certa forma, “*musicando*”. Nessa perspectiva, o ato não se limita aos músicos em performance, mas abrange todos os envolvidos no processo: desde o público presente, a pessoa responsável pela bilheteria, os auxiliares de limpeza do local do espetáculo, os carregadores de piano, a pessoa responsável pela impressão da partitura, o copista e o editor, entre outros. Ou seja, Small (1998) aborda a música como um fenômeno social.

Small enfatiza que, em uma casa de concerto, voltada à música erudita, elementos como a própria estrutura física, o formato, o posicionamento das poltronas e as artes presentes ao redor — pinturas, desenhos, esculturas, entre outros — contribuem para a imersão no espetáculo, propiciando relacionamentos e trocas de experiências, ou seja, fazem parte do processo de *Musicking*. O autor também observa que essa estrutura difere da música popular, uma vez que no cenário erudito o público age de forma passiva, enquanto na música popular, o público torna-se parte ativa da performance. Tratando-se do hino da cidade de Jacutinga, observa-se que, quando executado o hino, a população tende a cantar junto e participar de forma ativa.

Aplicando essa perspectiva ao “Hino à Jacutinga”, identificamos como agentes do *Musicking*:

- Os alunos que entoaram a obra nas cerimônias;



- O Grupo Escolar Júlio Brandão;
- A cidadã que ofereceu a partitura à Câmara;
- Os políticos que se dedicaram à institucionalização do hino;
- O público que participou das performances como ouvinte;
- Os autores;
- Os objetos em sua materialidade — partitura, ambiente e contexto;
- Os responsáveis pela impressão, edição e cópia da partitura;
- O responsável pelo arquivamento, preservação e pesquisa da obra.

Nesses exemplos, entre outros, aplica-se claramente a ideia de *Musicking*. Por se tratar de uma obra cujo processo de oficialização será discutido adiante, nota-se que ela envolveu, de forma direta e ativa, a sociedade de Jacutinga. A digitalização (mediação digital) da obra inclui-se nesse processo, uma vez que ela preserva e viabiliza a continuidade do fazer musical desta obra no século XXI. Dessa forma, ao analisar a obra “Hino à Jacutinga” como um processo de *Musicking*, e não apenas como objeto sonoro estático, torna-se possível estudá-la como um elemento vivo, fundamental para a compreensão das dinâmicas políticas, sociais e identitárias de Jacutinga no início do século XX.

Resultados e Discussões

O município de Jacutinga

Jacutinga é um município localizado no Sul de Minas Gerais. O cenário socioeconômico de Jacutinga (MG) remete diretamente à economia cafeeira que predominou na região entre o final do século XIX e o início do século XX. Em 1920, o município consolidou-se como um dos cinco maiores municípios cafeeiros do estado, tornando-se o distrito mais rico de Ouro Fino e o primeiro a se emancipar (Viotti *et al.*, 2018). Em 16 de setembro de 1901, sob a Lei nº 319, o estado de Minas Gerais criou vários municípios, entre eles o de Jacutinga (MINAS GERAIS, 1901). Pouco tempo depois, em 18 de setembro de 1915, a localidade foi elevada à condição de cidade pelo Decreto nº 663, assinado pelo Presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira (MINAS GERAIS, 1915).

Segundo dados retirados do site da Câmara Municipal, a população de Jacutinga era de 8.233 habitantes no ano de 1900, mas no ano de 1920 sua população já atingira 20.615 habitantes. Os dados do IBGE (2022) apontam que sua população atual é de 25.525 pessoas, o que denota um crescimento demográfico muito baixo nos últimos 100 anos, sugerindo uma



estagnação econômica decorrente do fim do chamado “ciclo do café”. Essa atividade, décadas mais tarde, seria substituída, como estruturante da economia local, pela indústria do tricô: “o café fez a cidade crescer; a crise da economia cafeeira a partir dos anos de 1920 esvaziou a área rural e reduziu o número de habitantes” (Viotti *et al.*, 2018, p. 41). Em meio a este cenário político, econômico e social efervescente do início do século XX, surge a obra “Hino à Jacutinga.”

Símbolos municipais de Jacutinga

Em 1942, o presidente Getúlio Vargas promulgou o Decreto nº 4.545, que pela primeira vez sistematizou em documento único a forma e a apresentação dos símbolos nacionais (BRASIL, 1942). Neste decreto, foram reconhecidos como símbolos oficiais: a Bandeira, o Hino Nacional, o Selo Nacional e o Brasão das Armas. No entanto, tal dispositivo legal foi posteriormente revogado pela Lei nº 5.443, de 1968, sucedida pela Lei nº 5.700 de 1971 — essa última permanece em vigor até a atualidade (BRASIL, 1968; BRASIL, 1971).

Após o Golpe Militar de 1964, foi promulgada a Constituição Federal de 1967, que manteve os símbolos nacionais já determinados. Entretanto, a Constituição de 1967 foi decisiva para a oficialização dos símbolos jacutinguenses ao estabelecer, em seu Art. 1º, § 3º, que “os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão ter símbolos próprios” (BRASIL, 1967). Devido a essa abertura constitucional, no dia 21 de abril de 1972, o município de Jacutinga instituiu seus símbolos municipais por meio da Lei Municipal nº 468, que oficializou “a forma e a apresentação dos símbolos municipais de Jacutinga e dá outras providências” (JACUTINGA (MG), 1972). A lei determinou oficialmente os três símbolos municipais — a bandeira, o brasão e o hino — em conformidade com o ordenamento federal. O dispositivo foi sancionado pelo prefeito Major Oswaldo Freire da Fonseca e por seu secretário, Sebastião Bortoloto, que estiveram à frente do Poder Executivo de Jacutinga de 1971 a 1974. Ressalta-se que esse período é marcado pela ditadura militar, um regime que perdurou de 1964 a 1985 e para o qual a construção de símbolos de civismo era considerada essencial e estratégica para legitimação do regime.

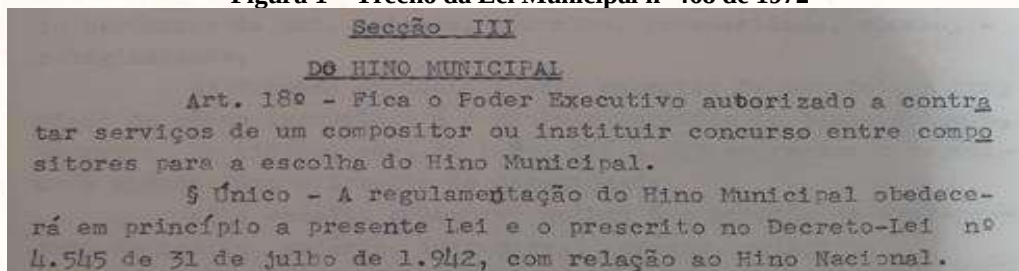
O município de Jacutinga possui um hino oficial por meio do qual é possível investigar a história local do início do século XX, visto que essa partitura é a única obra musical que conhecemos destinada à cidade nesse período. Nesta seção, será apresentado o processo histórico de institucionalização da obra “Hino à Jacutinga”. Compreender a oficialização dessa composição auxilia na análise da história cultural do próprio município, já que a obra constitui

um símbolo local centenário, utilizado em cerimônias oficiais e em práticas educativas e cívicas. Para tanto, realizou-se um levantamento histórico abrangendo desde 1915 até sua mais recente regulamentação, em 2014.

Em nota, o documento original (partitura) aponta que a canção foi homologada como “Hino Oficial do Município de Jacutinga” no dia 17 de outubro de 1915, data de sua primeira execução oficial. Na ocasião, em sessão na Câmara Municipal, os alunos do Grupo Escolar Júlio Brandão entoaram essa obra juntamente com o compositor, ocasião em que a composição de José Paulo de Paiva Patrício (música) e Presciliana Duarte de Almeida (letra) foi oficializada.

Mesmo sendo um símbolo da cidade de Jacutinga, o hino não teve ampla divulgação: “infelizmente esse hino não foi divulgado como deveria” (Valle, 2000, p. 97). Isso pode ser reafirmado, pois não há trabalhos acadêmicos e pesquisas sobre Presciliana Duarte (letrista) que tragam a obra em questão. Além disso, o livro “Asas de Jacutinga”, de 2018, omite a existência de um hino municipal, enquanto a obra “Jacutinga: a concepção, o nascimento e a evolução”, de 2000, limita-se a referências superficiais. Nesse cenário, a Lei Municipal nº 468 de 1972, no Art. 18, reconhece o hino como um símbolo oficial local, mas desconsidera que a obra oficializada em 1915 seja o hino do município, sugerindo que o Poder Executivo contratasse ou realizasse um concurso para a escolha de um hino para Jacutinga, conforme nos mostra a Figura 1 (JACUTINGA (MG), 1972).

Figura 1 – Trecho da Lei Municipal nº 468 de 1972



Fonte: Arquivo interno da Prefeitura Municipal de Jacutinga

Somente em 14 de maio de 2014, a Câmara Municipal de Jacutinga propôs o Projeto de Lei nº 027/2014, de autoria da vereadora Maria Luisa Crivelaro Fidêncio (PT). A proposta foi aprovada, tornando-se a Lei nº 1813/14, de 9 de julho de 2014, a qual, em seu Art. 2º, reconheceu: “O Hino Municipal, estabelecido pela alínea C do Art. 1º da Lei nº 468 de 21 de abril de 1972, é composto da letra de Presciliana Duarte de Almeida e música de José Paulo de Paiva Patrício” (JACUTINGA (MG), 2014). Na prática, Jacutinga passou a ter seu hino



formalmente validado quase um século após a composição original. Na justificativa do referido projeto de lei, o texto oficial confessa a lacuna institucional que rondava esse símbolo:

Até hoje, oficialmente Jacutinga não possui um Hino Municipal aprovado por Lei. Poucos sabem que nosso município não tem nenhum hino oficial, assim como também se sabe que o único hino que é cantado em solenidades oficiais realizadas neste município, ressaltados os hinos oficiais adotados em nível estadual e nacional, é, há muitas décadas, o hino de que trata o presente projeto de lei (JACUTINGA (MG), 2014).

Os autores

A letrista

Presciliana Duarte de Almeida, referida na historiografia literária como D. Presciliana Duarte, nasceu em Pouso Alegre (MG) em 3 de junho de 1867 e faleceu em São Paulo (SP) em 13 de junho de 1944. Filha de Joaquim Roberto Duarte e Rita Vilhena de Almeida Duarte, a escritora viveu parte de sua infância em Jacutinga (MG), aproximadamente entre 1870 e 1880, período após o qual seus pais resolveram retornar à cidade natal da escritora. Em 1892, casou-se com seu primo, o jurista Sílvio de Almeida. Mesmo diante das dificuldades financeiras e das responsabilidades domésticas com seus três filhos, a escritora manteve uma produção literária constante e ativa (Pinto *et al.*, 2019). Algumas de suas obras:

- A Mensageira: periódico fundado pela poetisa, voltado ao público feminino (1897);
- A Modista: jornal de modas do Rio de Janeiro (1906);
- Sombra (1906);
- Páginas Infantis (1908);
- O Livro das Aves (1914);
- Vetiver (1939).

Para além de sua obra escrita, Presciliana destacou-se pelo engajamento em causas sociais, notadamente na campanha abolicionista em Minas Gerais, sendo considerada uma das precursoras da literatura infantil e do pensamento feministas no Brasil. Sua relevância no cenário intelectual brasileiro é atestada pelo convite recebido, em 1909, para ocupar a Cadeira de nº 8 da Academia Paulista de Letras, instituição da qual foi membro-fundador (BND; Pinto *et al.* 2019; Zinani, 2021).

Antecedendo a criação do hino jacutinguense, identifica-se outra colaboração musical de Presciliana Duarte: o “*Hino às Aves*”, musicado pelo maestro Antonio Carlos. A obra foi executada pela primeira vez em abril de 1911, em São Paulo, capital, e posteriormente incluída no volume “*O Livro das Aves*” (1914). Nesta composição, a autora exalta a fauna por meio de



uma linguagem formal e culta, utilizando rimas raras e uma estrutura métrica rigorosa — marcas da estética parnasiana que reverberam diretamente na letra do “*Hino à Jacutinga*”.

O compositor

José Paulo de Paiva Patrício era natural de Pouso Alegre (MG). Sua ligação com o município de Jacutinga deve-se ao fato de ser irmão do Monsenhor Dutra (Antônio Olinto de Paiva Dutra), que, em 1915, exercia a função de pároco em Jacutinga (Valle, 2000). Essa ligação familiar com a elite eclesiástica local foi a porta de entrada para o compositor se envolver na criação do hino municipal, por essa relação aproximou a influência da Igreja — considerando que, na época, os párocos eram vistos como autoridades no município — à demanda civil daquele período.

Durante a investigação no acervo digital da Biblioteca Nacional, o nome de José Paulo de Paiva Patrício foi localizado no “*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*”, fundado em 1844 por Eduardo Von Laemmert. O *Almanak* constitui uma das publicações estatísticas e de consulta mais relevantes da época (Laemmert, 1914). O compositor aparece no catálogo de profissionais da cidade de Pouso Alegre em duas edições (1905 e 1914); em ambas as publicações, é identificado como professor de música (Laemmert, 1905, p. 1780; Laemmert, 1914, p. 3361).

A recorrência do nome de Paulo Patrício no *Almanak* em um intervalo de quase uma década atesta que o compositor possuía uma carreira consolidada. Tal evidência demonstra que o compositor não era um músico amador e o posiciona como figura proeminente no cenário musical da cidade de Pouso Alegre (MG) — cidade à qual Jacutinga esteve subordinada administrativamente no século XIX. Esse registro comprova que, para além de sua ligação familiar com o pároco local, o autor do hino era um profissional reconhecido, estabelecido e legitimado em sua área de atuação no meio musical pouso-alegrense.

A partitura

A partitura original da obra “*Hino à Jacutinga*” constitui o objeto central desta análise. Atualmente, esse documento encontra-se sob a guarda do ex-maestro da antiga Banda Municipal de Jacutinga, Paulo Roberto Ferreira, que esteve à frente do grupo quando encerrou suas atividades, em 2016, e preserva grande parte do acervo pertencente à antiga banda. O documento consiste em um folheto composto por duas folhas de papel em formato A3 (frente e verso), organizadas da seguinte forma:

- página 1: capa ilustrada;
- página 2: início da partitura, acompanhado da ata da cerimônia e do termo de aceite;
- página 3: continuação da partitura e letra das demais estrofes;
- página 4: em branco.

O documento apresenta severos sinais de desgaste temporal. A partitura exhibe amarelamento natural, pequenos rasgos nas extremidades e marcas de dobras, evidenciando um manuseio contínuo e, por vezes, inadequado. Apresenta ainda a rubrica de Paulo Roberto Ferreira, ex-maestro da banda. Notavelmente, uma das folhas encontra-se fixada com fita adesiva de coloração marrom — providência que, embora tenha buscado preservar a integridade física imediata do objeto, ressalta a ausência de conhecimento técnico para a conservação adequada do documento ao longo do século, o que reforça a urgência da digitalização realizada nesta pesquisa.

A partitura original foi editada pela Casa Levy (São Paulo), conforme atesta a logomarca estampada na capa (Figura 2). A identificação dessa editora de renome constitui um dado histórico relevante, uma vez que a publicação por uma das mais renomadas casas editoriais do país evidencia o prestígio social, isto é, o capital simbólico (Bourdieu, 1989) e o aporte financeiro destinados à obra neste período. Nessa perspectiva, observa-se que a obra destinada ao município de Jacutinga (MG) não constitui apenas de um ato administrativo, mas de um projeto de reafirmação política e cultural.

Figura 2 – Logomarca presente na capa da partitura original



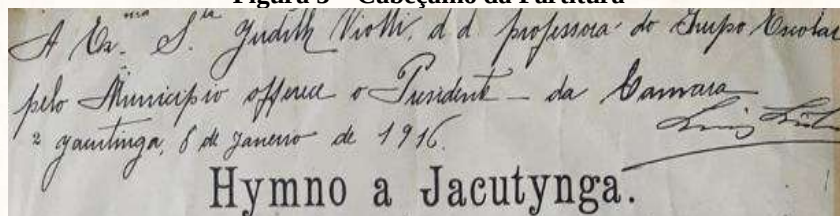
Fonte: Partitura original da obra

Judith Viotti Nogueira de Sá

A partitura original revela que esta edição foi oficialmente recebida em 8 de janeiro de 1916, data em que o então prefeito, Luiz Lisboa, aceitou o exemplar oferecido por Judith Viotti, conforme se observa na Figura 3. Nesse período, Judith exercia a função de professora do Grupo Escolar Júlio Brandão (atual Escola Estadual Júlio Brandão). A continuidade de sua carreira docente é afirmada por registros no “*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*” das

edições de 1922 e 1924, que a listam como integrante do corpo docente da instituição supracitada (Laemmert, 1922, p. 239; Laemmert, 1924, p. 1402). Diante desses indícios, levantamos a hipótese de ela ter arcado com os custos de edição, impressão e publicação e posteriormente doado o exemplar para o município.

Figura 3 – Cabeçalho da Partitura

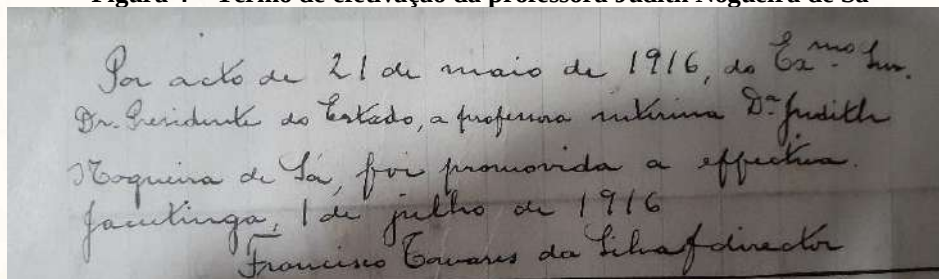


Fonte: Partitura original da obra

Judith era filha de Thereza Nogueira de Sá Viotti e Gentil Nogueira de Sá. Nasceu na cidade de Caxambu (MG), em 1895, e possuía 12 irmãos. No ano de 1920, casou-se com o farmacêutico Francisco de Souza Dias Junior. Após o casamento, passou a se chamar Judith Nogueira de Souza, segundo informações disponíveis no portal Família Viotti (Viotti, 2026; Valle, 2000).

Sua relação profissional com o Grupo Escolar Júlio Brandão começou no dia 1º de fevereiro de 1913, quando foi convidada pelo então diretor, Francisco Tavares da Silva, para uma substituição pelo período de 30 dias; porém, esse contrato foi renovado no mês de março do mesmo ano. Já no mês de abril, recebeu a proposta de permanecer como professora por tempo indeterminado. No ano de 1914, ela obteve o título de professora interina, continuando a trabalhar como professora contratada e, em 1916 (Figura 4), foi efetivada no cargo (Livro de Funcionários, 1910).

Figura 4 – Termo de efetivação da professora Judith Nogueira de Sá



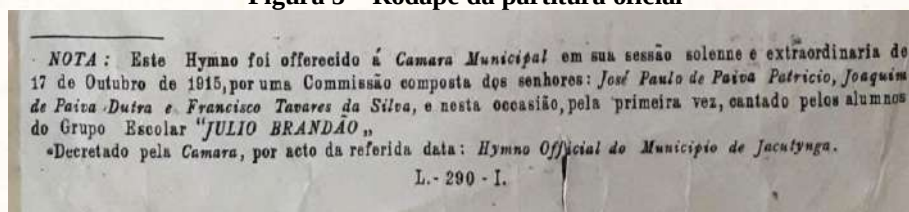
Fonte: Livro de Funcionários do Grupo Escolar Júlio Brandão de 1916

Nesta perspectiva, a figura de Judith constitui uma representante da elite intelectual feminina de Jacutinga, responsável não apenas por arcar com os custos de editoração, mas também por preservar esse símbolo local. Essa atitude é de grande relevância para esta pesquisa, uma vez que o documento possibilitou o desenvolvimento da presente análise.

Cerimônia de Oficialização

Em nota registrada na partitura oficial (Figura 5), o documento informa que, no dia 17 de outubro de 1915, realizou-se a cerimônia de oficialização do “Hino à Jacutinga”, ocasião em que os alunos do Grupo Escolar Júlio Brandão o entoaram juntamente com o compositor. Estiveram presentes José Paulo de Paiva Patrício (compositor), Joaquim de Paiva Dutra e Francisco Tavares da Silva (diretor do Grupo Escolar Júlio Brandão). Os vereadores em exercício em 1915 eram Amador Barros Guimarães, Oscar de Oliveira, José Pedro Ferreira, Francisco Tenório da Motta, José de Souza Pinto e Pellegrino Bacci (Valle, 2000).

Figura 5 – Rodapé da partitura oficial



Fonte: Partitura original da obra

Um mês antes dessa oficialização, há registros de que a obra foi apresentada em 18 de setembro de 1915, em comemoração à promulgação da Lei Estadual nº 663, sancionada pelo governador Delfim Moreira. Essa lei elevou Jacutinga à condição de cidade (Viotti *et al.*, 2018; MINAS GERAIS, 1915). Na ocasião, ocorreram festividades nas dependências do Grupo Escolar Júlio Brandão:

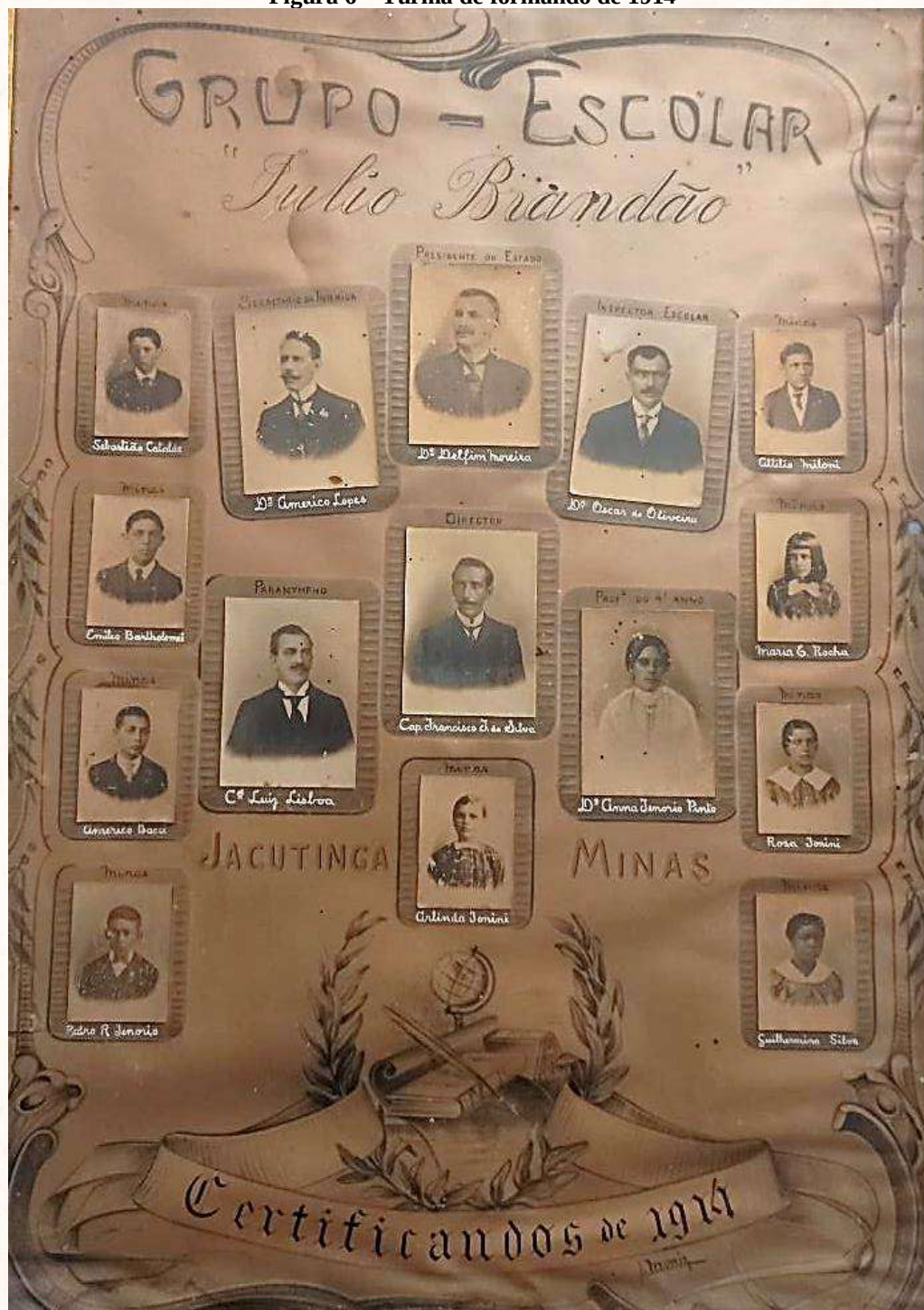
18 de setembro de 1915, Jacutinga foi elevada à cidade e termo de Ouro Fino. Grandes festejos foram realizados no prédio do Grupo Escolar: banquete, baile, etc. Houve fogos de artifício e bandas de música e cantou-se pela primeira vez o belíssimo Hino à Jacutinga (Valle, 2000, p. 97).

Em 1915, após a cerimônia de oficialização, dois registros em ata documentam a execução do “Hino à Jacutinga” pelos alunos da instituição, com a presença de Judith Nogueira de Sá. O primeiro registro ocorreu em 26 de novembro de 1915, em razão das comemorações de encerramento do ano letivo. O segundo registro ocorreu nos dias 9 e 10 de dezembro de 1915, durante a formatura realizada no teatro “Cinema Brazil”, às 20 horas. No dia 9, foram entregues os certificados da turma de 1914 e, no dia 10, os da turma de 1915 (Livro de Atas, 1910).

A turma de 1914, apresentada na Figura 6, era composta pelos alunos Sebastião Cataldi, Emilio Bartholomei, Américo Bacci, Pedro R. Tenório, Altílio Miloni, Arlinda Tonini, Maria E. Rocha, Rosa Tonini e Guilhermina Silva. Já no dia 10, formaram-se Elphidio Manoel, Olívio Rodrigues Tenório, João Toledo, Angelino Grisolia, Offorisina Tagnarelli, Lazara

Gomes de Brito, Ignacia de Freitas, Josephina Eugenia de Moraes, Jandyra Fleming, Maria dos Santos, Judelina do Amaral Fonseca, Jacyra Viotti Nogueira de Sá, Nela Pieroni, Maria José da Silveira, Rita Gomes de Brito e Duzolina Carmioto. Nesta cerimônia, também estiveram presentes várias autoridades municipais. Destaca-se que o “Hino à Jacutinga” foi cantado de pé, antecedendo a entrega dos certificados (Livro de Atas, 1910).

Figura 6 – Turma de formando de 1914



Fonte: Acervo interno da Escola Estadual Júlio Brandão.

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou reconstruir a trajetória institucional e material da obra “Hino à Jacutinga”, compreendendo-a como um elemento vivo ao longo do tempo. Por meio deste levantamento, foi possível preservar e documentar parte da história do município, uma vez que o processo envolveu agentes e instituições fundamentais para a memória local. Esta análise não se restringe a um estudo de caso isolado, mas apresenta-se como uma possibilidade metodológica voltada para ações de salvaguarda, passível de ser replicada em outros contextos regionais que possuam acervos musicais históricos em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a preservação da memória musical regional brasileira.

A perspectiva do *Musicking* ofereceu uma abordagem social que permitiu reconhecer a participação de todos os envolvidos na trajetória desta obra. Apesar de não ser mencionado na Lei Municipal nº 468 de 1972, o hino sobreviveu graças à memória coletiva local, que o manteve ativo até sua nova institucionalização em 2014. Isso demonstra que a oficialização da obra não foi um mero ato burocrático, mas o resultado de uma prática performativa social duradoura, envolvendo alunos, editores, políticos, músicos, maestros e comunidade escolar.

Este estudo buscou dar visibilidade às pessoas e instituições que protagonizaram esse processo, privilegiando os processos sociais de circulação e transmissão deste símbolo, em vez de limitar-se apenas à estética do objeto sonoro — a obra em sua materialidade. A análise aprofundada da letra de Presciliana Duarte e dos aspectos iconográficos da capa da partitura serão abordados em futuras comunicações, configurando-se como desdobramentos úteis para compreender outros aspectos presentes na obra que agem como formas de representação do município.

Diante do exposto, os claros sinais de deterioração da fonte primária e a ausência de protocolos de conservação adequados reforçam a urgência de salvaguarda e digitalização deste documento. Portanto, é crucial dar visibilidade à necessidade de preservação desta fonte histórica centenária e de significativo valor simbólico para o patrimônio musical de Jacutinga seja preservada.

Referências

ALMEIDA, Presciliana Duarte de. *O livro das aves: chrestomathia em prosa e verso*. S. Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1914. 466 páginas.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.545, de 4 de setembro de 1942*. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências (revogado pela Lei nº

5.443/1968). Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4545.htm . Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. [Constituição (1967)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm . Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968*. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5443.htm . Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. *Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971*. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais. Diário Oficial da União: Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5700.htm . Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 10 abr. 2026.

FAMÍLIA VIOTTI. *Judith de Castro Viotti*. Jacutinga, 2026. Disponível em: <https://familiaviotti.com/familia.php?id=155> . Acesso em: 10 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Jacutinga (MG)*. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/jacutinga.html> . Acesso em: 10 abr. 2026.

JACUTINGA (MG). Câmara Municipal. *Dados de Jacutinga-MG*. Jacutinga, 2026. Disponível em: <https://www.camarajacutinga.mg.gov.br/acidade%3Djacutinga%3Ddados> . Acesso em: 10 abr. 2026.

JACUTINGA (MG). Grupo Escolar Júlio Brandão. *Livro de Atas n. 1*. Ata, Jacutinga, 1910. 1 v. Manuscrito. Acervo da Escola Estadual Júlio Brandão.

JACUTINGA (MG). Grupo Escolar Júlio Brandão. *Livro de Registro de Funcionários n. 1*. Jacutinga, 1910-1920. 1 v. Manuscrito. Acervo da Escola Estadual Júlio Brandão.

JACUTINGA (MG). *Lei Municipal nº 468, de 21 de abril de 1972*. Dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos do Município de Jacutinga e dá outras providências. Jacutinga, MG, 21 abr. 1972.

JACUTINGA (MG). *Lei Municipal nº 1813/2014, de 9 de julho de 2014*. Dispõe sobre a forma oficial de apresentação do Hino Municipal de Jacutinga e dá outras providências. Jacutinga, MG, 9 jul. 2014.

JACUTINGA (MG). *Projeto de Lei nº 027/2014, de 14 de maio de 2014*. Dispõe sobre a forma oficial de apresentação do Hino Municipal de Jacutinga e dá outras providências. Jacutinga, MG, 14 maio 2014.

LAEMMERT, Almanak. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro, 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/27735> . Acesso em: 10 abr. 2026.

LAEMMERT, Almanak. *Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1914*. Rio de Janeiro, 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/56454> . Acesso em: 10 abr. 2026.

LAEMMERT, Almanak. *Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1922*. Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=82261> . Acesso em: 10 abr. 2026.

LAEMMERT, Almanak. *Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1924*. Rio de Janeiro, 1924. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=86973> . Acesso em: 10 abr. 2026.

MINAS GERAIS. *Lei nº 319, de 16 de setembro de 1901*. Cria diversos municípios, altera divisas e contém outras disposições. 1901. Disponível em: <https://www.camarajacutinga.mg.gov.br/noticias/16-de-setembro---122-anos-de-jacutinga/2683> . Acesso em: 10 abr. 2026.

MINAS GERAIS. *Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915*. Reorganiza a Guarda Civil e a Polícia de Investigações e dá outras providências. Belo Horizonte, 1915. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/663/1915/> . Acesso em: 10 abr. 2026.

PATRÍCIO, José Paulo de Paiva. *Hino à Jacutinga: marcha cívica, sol maior; piano e voz*. Letra de Presciliana Duarte de Almeida. São Paulo: Casa Levy, 1915. Partitura. 2 f.

PINTO, Raissa Nunes et al. *Presciliana Duarte de Almeida (1867 – 1944) na história da literatura infantil brasileira*. Perspectivas em Diálogo: Revista de educação e sociedade, Naviraí, v. 5, n. 10, p. 207-226, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/6841> . Acesso em: 10 abr. 2026.

SMALL, Christopher. *Musicking: the meanings of performing and listening*. Middletown: Wesleyan University Press, 1998. 238 p.

VALLE, Benedito. *Jacutinga: a concepção, o nascimento e... a evolução...* Jacutinga, MG: 2000. 416 p.

VIOTTI, Hilton et al. *Asas de Jacutinga*. São Paulo: 2018. 200 p.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Presciliana Duarte de Almeida e a revista A Mensageira: o papel da mulher na imprensa*. Brasil: Revista de literatura brasileira, Porto Alegre, v. 34, n. 65, p. 78-94, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/117391/63928> . Acesso em: 10 abr. 2026.



Anexo





A Ex.^{ma} S.^{ra} Judith Vieth, d.^a professora do Grupo Escolar
pelo Município oferece o Presidente da Câmara
Jacutinga, 8 de Janeiro de 1916.

Hymno a Jacutynga.

Letra de D. Presciliana Duarte.

Musica de Paulo Patricio.

Andante marcial.

PIANO. *ff*

CANTO.

Ci - da - de de Ja - cu - tyn - ga, Resplande - cen - te de a - môr,..... Nos - so

p

lin - do so - nho vin - ga: Tri - um - phas com teu la - bor!..... Ci - bor!..... Quando

1.^a 2.^a CÔRO.

Propriedade reservada.

L. - 290 - 1.





e - ras pe - que - na e po - bre, Ti - veste a - lguem a te a - mar..... Por que o a -
môr é que des - co - bre Os... me - ios de tri - um - phar..... Quando phar.....

Para repetir % Para acabar -

Bem -
Em
E a

II.

Bemditos todos que outr'ora
Trabalharam por teu bem,
E que foram doce aurora
Donde o teu dia provém.

Côro: Quando eras, etc.

III.

Em tua paz duradoura
Fez alicerce o porvir,
Nos progressos da lavoura,
No commercio a se expandir.

Côro: Quando eras, etc.

IV.

E a coroar tua vinha
Diffunde luz a instrução
Educando a creancinha
Que da patria é o coração.

Côro: Quando eras, etc.

NOTA: Este Hymno foi offerecido á Camara Municipal em sua sessão solenne e extraordinaria de 17 de Outubro de 1915, por uma Commissão composta dos senhores: José Paulo de Paiva Patricio, Joaquim de Paiva Dutra e Francisco Tavares da Silva, e nesta occasião, pela primeira vez, cantado pelos alumnos do Grupo Escolar "JULIO BRANDÃO".

«Decretado pela Camara, por acto da referida data: Hymno Official do Municipio de Jacutynga.

L.- 290 - I.

